Docusign Envelope ID: BD836645-0484-4EA5-97A3-2F86E56A6F89

Wish S.A.

CNPJ 07.687.928/0001-35

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2024 | Ref.: Relatório nº 252HE-041-PB

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa equivalentes de caixa	4	16.063	1.036
Títulos e valores mobiliários	4	200.745	201.177
Contas a receber de clientes	5	46.656	45.403
Estoques	6	4.476	6.043
Subarrendamento a receber	9	11.028	10.650
Impostos a recuperar	10	2.889	3.110
Despesas antecipadas	-	658	647
Outros créditos	-	7.564	26.131
Total do ativo circulante		**290.079**	**294.197**
Ativo não circulante			
Contas a receber de clientes	5	360	770
Despesas antecipadas LP	-	553	767
Partes relacionadas	26	89.971	75.670
Depósitos judiciais	17	2.709	3.078
Direito de uso	8	100.654	109.668
Subarrendamento a receber	9	71.644	71.592
Imobilizado, líquido	11	425.781	440.568
Intangível, líquido	-	-	120
Total do ativo não circulante		**691.672**	**702.233**
Total do ativo		**981.751**	**996.430**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	56.489	43.412
Fornecedores	13	24.916	22.735
Tributos a recolher	15	3.588	3.673
Salários e encargos sociais	16	11.311	10.377
Adiantamento de clientes	14	22.343	14.469
Passivo de arrendamento	8	32.077	31.072
Outras contas a pagar	19	1.723	960
Total do passivo circulante		**152.447**	**126.698**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	495.823	452.577
Fornecedores	13	629	359
Adiantamento de clientes LP	14	109.106	86.302
Passivo de arrendamento	8	175.936	180.646
Salários e encargos sociais LP	16	107	145
Tributos a recolher	15	100	141
Provisão para demanda judiciais	17	18.939	19.021
Tributos diferidos	18	1.562	1.706
Provisão para perda de investimentos	7	-	2.389
Total do passivo não circulante		**802.202**	**743.286**
Patrimônio líquido	20		
Capital social	-	734.627	734.627
Reservas de reavaliação		1.198	1.198
Ajuste de avaliação patrimonial		32.778	33.175
Prejuízos acumulados		(741.501)	(642.554)
Total do patrimônio líquido		**27.102**	**126.446**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**981.751**	**996.430**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	(-) Capital subscrito	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	**734.635**	**(8)**	**1.198**	**33.573**	**(579.698)**	**189.700**
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(398)	398	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(63.247)	**(63.247)**
Em 31 de dezembro de 2023	**734.635**	**(8)**	**1.198**	**33.175**	**(642.547)**	**126.453**
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(397)	397	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(99.353)	**(99.353)**
Em 31 de dezembro de 2024	**734.635**	**(8)**	**1.198**	**32.778**	**(741.503)**	**27.100**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	**21**	**362.233**	**340.325**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(207.389)	(193.591)
Lucro bruto		**154.844**	**146.734**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	23	(32.122)	(31.200)
Despesas gerais e administrativas	23	(122.464)	(127.265)
Resultado de equivalência patrimonial	7	-	(1)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	1.483	17.545
Lucro antes do resultado financeiro		**1.741**	**5.813**
Receitas financeiras	25	2.636	2.304
Despesas financeiras	25	(103.874)	(80.811)
Resultado financeiro, líquido		**(101.238)**	**(78.507)**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(99.497)**	**(72.694)**
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	18	144	9.447
Prejuízo do exercício		**(99.353)**	**(63.247)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(99.353)	(63.247)	(99.352)	(63.245)
Total de outros resultados abrangentes do exercício	(99.353)	(63.247)	(99.352)	(63.245)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		**(99.497)**	**(72.694)**
Ajustes de			
Resultado de equivalência patrimonial		-	1
Juros de arrendamento	8	29.998	8.095
Amortização e redução ao valor dos ativos direito de uso	8	9.014	13.983
Depreciações e amortizações	11	25.461	29.846
Reversão *impairment*	-	-	(18.606)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5	215	(323)
Provisão para demandas judiciais	17	2.496	7.515
Outras despesas	-	2.420	388
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	76.235	102.450
Total		**46.342**	**70.655**
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	-	(1.057)	(41.819)
Subarrendamentos a receber	-	(430)	(3.020)
Estoques	-	1.567	(1.189)
Impostos a recuperar	-	221	588
Partes relacionadas	-	(14.301)	(51.537)
Demandas judiciais	-	(2.209)	(272)
Despesas antecipadas	-	203	(411)
Outros créditos	-	18.567	(38.997)
Fornecedores	-	2.451	7.908
Adiantamentos de clientes	-	30.678	32.473
Salários e encargos sociais	-	896	1.071
Impostos e contribuições	-	(126)	799
Outras contas a pagar	-	(1.625)	(932)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	(14.929)	(23.702)
Caixa das atividades operacionais		**66.248**	**(48.385)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-	(12.968)	(13.646)
Redução (aquisição) de investimento - FIDC	-	432	(201.177)
Caixa líquido nas atividades de investimento		**(12.536)**	**(214.823)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	-	-
Pagamento de principal de passivos de arrendamento	-	(33.703)	20.964
Captações de empréstimos e financiamentos	-	24.000	388.679
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	(28.982)	(146.816)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(38.685)**	**262.827**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**15.027**	**(381)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	1.036	1.417
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	16.063	1.036
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**15.027**	**(381)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Wish S.A.,("Companhia") foi constituída em 28 de maio de 2008, com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, 7815, Torre 1, São Paulo – SP, e tem como atividade a prestação de serviços de hotelaria de lazer e executiva, *time sharing*, gastronomia e eventos. Em 31 de dezembro de 2024, encontram-se em plena atividade 09 (nove) unidades hoteleiras, 01 (uma) unidade administrativa exclusivamente relacionada aos serviços de reservas de diárias e promoções ao turismo (*time sharing*) e 01 (uma) unidade com prestação de serviços de hotelaria e Administração, conforme demonstrado a seguir: • Marupiara – Ipojuca/PE – MRPR; • Wish Foz do Iguaçu – Paraná – WFOZ; • Wish Serrano – Gramado/RS – WSER; • Wish Hotel da Bahia - Salvador/BA – WBAH; • Linx Galeão – Ilha do Governador/RJ – LGIG; • Linx Confins – Lagoa Santa/MG – LCNF; • Prodigy Santos Dumont - Rio de Janeiro/RJ – PSDU; • Prodigy Gramado – Gramado/RS – PGRA; • Wish Natal – Natal/RN – WNAT; • *Exclusive Guest* - São Paulo/SP – MATRIZ; e • Makaira Beach Resort – Ilha do Atalaia/BA. Em 28 de agosto de 2021, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("CCV"), entre a MAR Holding Participações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob o nº 74.340.936/0001-06, e a Land Maastricht S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/ME sob nº 41.766.427/0001-82, da venda da totalidade das quotas da GJP Administradora de Hotéis Ltda. A conclusão da transação e transferência total do controle da Mar Holding para a Land Maastricht S.A. ocorreu em 03 de março de 2022. A partir de 1º de junho de 2022, a GJP Administradora de Hotéis Ltda. alterou sua denominação para Leceres S.A., quando foi aprovada a alteração da forma jurídica limitada para sociedade por ações. Em março de 2023, a razão social da Companhia foi alterada para Wish S.A. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui, firmado com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), contratos de concessões, para o qual opera os Hotéis localizados nos Aeroportos de Galeão, Confins e Santos Dumont, a seguir apresentamos os detalhes de cada contrato de concessão: Galeão: em 11 de fevereiro de 2011, a Companhia firmou contrato de concessão Rio Galeão, para uso de área destinada à implantação das atividades comerciais vinculadas ao ramo de hospedagem no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim, no Rio de Janeiro/RJ, pelo prazo de 300 meses, entre o período de 14 de fevereiro de 2011 e 13 de fevereiro de 2036. Durante esse período, a Companhia deverá realizar investimentos, conforme definido no projeto apresentado, para explorar atividade hoteleira na área. Confins: em 1º de fevereiro de 2013, a Companhia passou a ser parte de contrato de concessão junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), posteriormente, BH Airport, para uso de área destinada à implantação das atividades comerciais vinculadas ao ramo de centro de hospedagem no Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins – na Cidade de Lagoa Santa/MG, pelo prazo de 240 meses, entre o período de 1º de fevereiro de 2013 e 31 de janeiro de 2033. Durante esse período, a Companhia deverá realizar investimentos, conforme definido no projeto apresentado, para explorar atividade hoteleira na área. Santos Dumont: em 02 de abril de 2013, a Companhia firmou contrato de concessão junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) para uso de área destinada à implantação das atividades comerciais no Aeroporto de Santos Dumont, no Rio de Janeiro/RJ, pelo prazo de 300 meses, entre o período de 02 de abril de 2013 e 1º de abril de 2038. Durante esse período, a Companhia deverá realizar investimentos, conforme definido no projeto apresentado, para explorar atividade hoteleira na área. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e foram aprovadas pela diretoria em 30 de abril de 2025. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas são divulgados na Nota Explicativa nº 2.2.25. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.2. Principais práticas contábeis materiais adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **2.2.1. Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e sua controlada consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança no valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.2.3. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber de clientes são classificadas no circulante. Caso contrário, estão apresentadas no não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de realização duvidosa *"impairment"*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustadas a valor presente e deduzidas pelo "*impairment*", quando aplicável. **2.2.4. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. **2.2.5. Investimentos em controlada:** O investimento da Companhia em sua controlada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Empresa no patrimônio líquido da controlada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. As demonstrações financeiras da Controlada em conjunto, são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação, será reconhecida no resultado. **2.2.6. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido sob o regime de apuração do lucro real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório e o percentual encontra- se apresentado na Nota Explicativa nº 18. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **2.2.7. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável "*impairment*" acumuladas. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e/ou sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e exercício comparativo, são as seguintes:

Descrição	Períodos
Edifícios	30-40 anos (média 39 anos)
Outras benfeitorias e instalações	01-15 anos (média 04 anos)
Máquinas e equipamentos	03-15 anos (média 09 anos)
Computadores e periféricos	04-08 anos (média 04 anos)
Móveis e utensílios	03-13 anos (média 08 anos)
Veículos	05-10 anos (média 06 anos)

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. **2.2.8. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorrido. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.2.9. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros "*impairment*":** O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado. Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). A UGCs da Companhia são as unidades hoteleiras. **2.2.10. Arrendamentos:** Na adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais" seguindo os princípios do IAS 17 – "Arrendamentos". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos em 1º de janeiro de 2019. Detalhes sobre as taxas por período de contrato estão descritas na Nota Explicativa nº 8. Para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos financeiros, a Companhia reconheceu o valor contábil do ativo e passivo de arrendamento imediatamente antes da transição ao valor contábil do direito de uso do ativo e passivo de arrendamento na data da aplicação inicial. Os princípios de mensuração do CPC 06 (R2)/IFRS 16 aplicam-se apenas após essa data. A Companhia é qualificada como arrendatário após avaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento, conforme as seguintes premissas: (i) O arrendador não pode ter o direito substantivo de substituir o ativo por um ativo alternativo durante o prazo do arrendamento; e (ii) A Companhia tem substancialmente todos os benefícios econômicos do ativo de um contrato caso ele se beneficie da maior parte dos benefícios provenientes do produto principal, subproduto e outros benefícios que o ativo poderá gerar. A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, gerindo como e para que fins ele será utilizado durante o período de uso ou quando essas decisões estiverem predeterminadas no contrato e a Companhia operar o ativo durante todo o período de contrato, sem que o arrendador tenha o direito de alterar essas instruções de funcionamento. **2.2.11. Subarrendamentos:** Subarrendamentos é o registro pelo qual o arrendatário subarrenda a um terceiro o direito de uso de um ativo objeto de um contrato de arrendamento, tornando-se um arrendador. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, exige que um arrendador classifique o subarrendamento como financeiro ou operacional. Os contratos foram contabilizados da seguinte forma: • Desreconhecimento do ativo de direito de uso relacionado ao arrendamento principal e reconhecimento dos direitos oriundo do contrato de subarrendamento a valor presente; • Reconhecimento de qualquer diferença entre o direito de uso baixado e os direitos oriundos do contrato de subarrendamento a valor presente no resultado do exercício; e • Manutenção do balanço patrimonial das obrigações de arrendamento do contrato principal. As remensurações dos passivos de arrendamentos foram reconhecidas como ajustes nos respectivos ativos de direito de uso imediatamente após a data da aplicação inicial. **2.2.12. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e/ou sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e/ou sua controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.2.13. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecido durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros, na demonstração do resultado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e sua controlada tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o encerramento do exercício. **Custos dos empréstimos e financiamentos: i) Capitalização de encargos financeiros:** Os custos de empréstimos diretamente relacionados aos empreendimentos durante a fase de construção e terrenos enquanto atividades no preparo do ativo para venda estão sendo realizadas, são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente, desde que existam empréstimos em aberto, os quais são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades vendidas, mesmo critério dos demais custos. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos relativos aos empréstimos, incluindo os de captação. **2.2.14. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.2.15. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e/ou sua controlada possuem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de forma confiável. **2.2.16. Adiantamentos de clientes:** São apresentados e correspondem aos valores recebidos antecipadamente, relativos a serviços a serem prestados e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. **2.2.17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; e (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e tampouco, divulgados. **2.2.18. Capital social:** O capital social da Companhia é representado por quotas, que são classificadas como patrimônio líquido. Adiantamento para futuro aumento de capital. Investimentos realizados pelos sócios da Companhia, que não estavam formalmente registrados como aumento de capital social na Companhia até a data base apresentada, são classificados no patrimônio líquido, para futura decisão dos sócios e formalização nos estatutos sociais da Companhia. **2.2.19. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **a) Venda de produtos e bens:** A receita operacional da venda de produtos e bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia e/ou sua controlada, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **b) Serviços de hospedagem:** A receita de serviços prestados é reconhecida quando realizada, baseada nas diárias para a data efetiva em que o cliente permanece hospedado nos hotéis administrados pela Companhia. **c) Receita de aluguel:** A receita é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. **d) Receita de *Exclusive Guest:*** A carteira dos clientes do *Exclusive Guest* é composta pelas vendas realizadas no programa de fidelidade *(time sharing)*, no qual os clientes adquirem pontos que podem ser utilizados em diárias nos hotéis da Companhia e hotéis internacionais via intercambiadora. Inicialmente, os valores recebidos pelos clientes são registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica de "adiantamento de clientes" (Nota Explicativa nº 14) e, de acordo com o cumprimento das cláusulas contratuais mediante utilização dos pontos (*performance*) e eventuais expirações dos pontos, são reconhecidos no resultado dos períodos, em atendimento ao CPC 47 – Receita de contrato com cliente e no entendimento do expediente prático do IFRS 15 (exemplo B do IE 199). **2.2.20. Outras contas a pagar:** São demonstrados por seu valor conhecido ou exigível e registrados de acordo com o regime de competência, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período/exercício. **2.2.21. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e juros operacionais e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por intermédio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas bancárias, descontos concedidos, variações cambiais e juros sobre os empréstimos. **2.2.22. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados a valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os principais ativos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e outras contas a pagar. **i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – Reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **ii) Ativos financeiros não derivativos – Mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do período/exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **i) Perda por redução ao valor recuperável – "*Impairment*":** A metodologia de "*impairment*" aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Perdas de crédito esperadas em clientes são mensuradas por meio de estimativas ponderadas de probabilidade das perdas de crédito baseadas nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com os contratos e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. A Companhia avalia ao menos no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Docusign Envelope ID: BD836645-0484-4EA5-97A3-2F86E56A6F89

b) Ajuste de avaliação patrimonial: Na adoção inicial das práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), a Companhia adotou o conceito do custo atribuído, sendo reavaliado o valor residual das edificações e terrenos do Hotel Serrano, conforme as interpretações apresentadas no ICPC 10. A expectativa e que o valor residual revisado e oriundo das edificações seja devidamente depreciado e ajustado no patrimônio líquido. **c) Prejuízos acumulados:** No encerramento do exercício de 2024, a Companhia possui prejuízos acumulados na ordem de R$ 741.501 (R$ 642.552 em 2023). A Administração adotou ações para reversão os prejuízos, apoiada na melhora dos resultados dos hotéis em operação tendo em vista a retomada do setor de turismo pós pandemia e a redução de custos operacionais que ocorreram durante o período de pandemia e que se estendeu no período pós pandemia, bem como, no plano de crescimento da Companhia em números de novas operações. **21. Receita operacional líquida**

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com diárias dos hotéis	285.985	275.939
Receitas com vendas de alimentos e bebidas	63.385	62.167
Receitas com aluguéis	7.989	7.156
Receitas EG	14.677	4.210
Outras atividades relacionadas à atividade hoteleira	6.373	6.809
Total receita bruta	**378.409**	**356.280**
(-) Impostos sobre vendas e prestação de serviços	(16.176)	(15.955)
Total da receita operacional líquida	**362.223**	**340.325**

(a) Aumento em 2024 decorrente da maior taxa de ocupação e aumento na diária média em relação a 2023.

22. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Gastos com mercadorias/produtos (a)	(35.969)	(34.748)
Gastos com pessoal (Nota Explicativa nº 22.1)	(145.276)	(129.006)
Depreciação e amortização	(26.144)	(29.837)
Total	**(207.389)**	**(193.591)**

(a) Variação em função do aumento da receita. **22.1. Gastos com pessoal**

	31/12/2024	31/12/2023
Ordenados e salários (a)	(87.089)	(79.377)
Contribuições compulsórias para previdência social (a)	(19.121)	(15.427)
Benefícios por desligamentos	(1.958)	(2.033)
Benefícios a empregados	(29.867)	(24.629)
Outros gastos	(7.241)	(7.540)
Total	**(145.276)**	**(129.006)**

(a) A variação em função da provisão do Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), além do aumento nos encargos trabalhistas decorrente de perda da liminar referente ao Sistema S.

23. Despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com vendas		
Despesas com propaganda e publicidade	(26.888)	(25.706)
Taxa de cartão de crédito	(5.434)	(5.494)
Total	**(32.122)**	**(31.200)**
Despesas gerais e administrativas		
Gastos com energia, água e telefone	(16.456)	(17.007)
Despesas com consultoria e honorários de terceiros	(47.766)	(43.636)
Despesas com aluguéis e arrendamentos	(13.873)	(12.100)
Despesas tributárias	(5.229)	(4.076)
Despesas com manutenção	(16.122)	(13.756)
Outras despesas	(23.018)	(36.690)
Total	**(122.464)**	**(127.265)**

24. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Reversão/constituição *impairment*	-	18.606
Vendas de ativo imobilizado	1.318	6
Outras receitas e despesas	165	(1.067)
Total	**1.483**	**17.545**

25. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(76.381)	(61.669)
Juros/IFRS 16	(14.207)	(12.696)
Outros	(12.795)	(6.048)
Descontos concedidos	(491)	(398)
Total	**(103.874)**	**(80.811)**

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Juros	2.006	1.119
Rendimento de aplicações financeiras	510	1.154
Outros	120	32
Total	**2.636**	**2.304**
Resultado financeiro, líquido	(101.238)	(78.507)

26. Partes relacionadas: As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições comerciais definidas entre as partes. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo não circulante	**Passivo não circulante**	**Ativo não circulante**	**Passivo não circulante**
Linx Hotel Canoas (a)	-	-	2.310	2.389
Basepar Investimentos e Participações (b)	9.603	-	8.639	-
Land Mastricht (c)	61.452	-	49.952	-
Makaira (d)	3.821	-	1.281	-
Land Mastricht III (c)	14.519	-	13.488	-
Compartilha Club	576	-	-	-
Total	**89.971**	**-**	**75.670**	**2.389**

(a) Em abril 2024, foi realizado distrato e encerramento da operação Linx Hotel Canoas; (b) Em 06 de maio de 2022, a Companhia firmou contrato de mútuo com a Basepar Inv. e Participações que possui parâmetro de reajuste, CDI, mais juros de 102,5% ao ano, com prazo para pagamento até 30 de junho de 2027; (c) Em 2024, a Companhia concedeu mútuo para sua controladora no montante de 75.971 (61.452 e 14.519); sem cobrança de remuneração; (d) Em 2024, a Companhia concedeu mútuo para a empresa administrada (Leceres Bahia) no montante de 3.821. **26.1. Remuneração dos administradores:** O montante total referente à remuneração do pessoas-chave da Administração é de R$ 2.135 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.858 em 31 de dezembro 2023). **27. Instrumentos financeiros:** Todos os instrumentos financeiros em aberto pela Companhia são classificados como sujeitos à atualização por custo amortizado, e, de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em aberto em cada data-base são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	16.063	1.036
Contas a receber de clientes	47.016	46.172
Depósitos judiciais	2.709	3.078
Subarrendamento a receber	82.672	82.242
Títulos e valores mobiliários	201.745	201.177
Outros créditos	7.564	39.619
Total	**356.769**	**373.324**
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	552.312	495.989
Fornecedores	25.545	23.094
Passivo de arrendamento	208.013	211.718
Outras contas a pagar	1.723	958
Total	**787.593**	**731.759**

Correntes de contas a receber de clientes, fornecedores, outros créditos e outras contas a pagar não possuem mercados ativos para serem comparados aos seus valores justos. Quanto aos demais montantes apresentados, a Companhia considera que os valores justos desses ativos e passivos são próximos aos valores contábeis, considerando que as condições negociadas pela Companhia são consideradas de mercado, exceto para as operações com partes relacionadas que não são comparáveis com transações de mercado. **Gerenciamento dos riscos financeiros**: A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e nem contratou operações de derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **Riscos de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras são: **i) Contas a receber de clientes e outros recebíveis:** A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. As contas a receber de clientes, é distribuída principalmente entre operadoras de cartões de crédito, agências de viagens e operadoras de turismo. Limites de crédito são estabelecidos e acompanhados para cada cliente. **Perdas por inadimplência:** Historicamente não são relevantes, sendo que, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tem contabilizado uma Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa em R$ 1.965, (R$ 2.180 em 2023). Os saldos a receber de clientes, são concentrados no mercado doméstico e a abertura por vencimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados na Nota Explicativa nº 5. **ii) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa de R$ 16.063 em 31 de dezembro de 2024, (R$ 1.036 em 31 de dezembro de 2023), composto por saldos em conta corrente e saldos em caixa, e aplicações financeiras os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras são mantidos com bancos e instituição financeiras brasileiras de grande porte com boa reputação. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros e taxas de câmbio. Os financiamentos e empréstimos mencionados na Nota Explicativa nº 12, são pré-fixados e pós-fixados. Demais passivos financeiros não possuem taxas pós-fixadas. Os ativos financeiros sujeitos à variação de taxa variável de juros estão relacionados à variação do CDI, TJLP e IPCA. Para os valores sujeitos à correção por taxa fixa, a Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. A Companhia não tem saldos relevantes sujeitos à variação em moeda estrangeira. **Risco de taxas de juros:** Os saldos de instrumentos expostos à variação de taxa de juros são a seguir sumariados. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração considerou um cenário provável com taxa Selic de 15,0% (9,00% em 2023). A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. 31 de dezembro de 2024

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário possível	Aumento 50% de 50%	Aumento de 25%
CDI ou Selic (a)	7,50%	11,25%	15,000%	22,50%	18,75%
INPC (b)	2,39%	3,58%	4,77%	7,16%	5,96%
IGPM (a)	3,27%	4,91%	6,54%	9,81%	8,18%

31 de dezembro de 2023

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário possível	Aumento 50% de 50%	Aumento de 25%
CDI ou Selic (c)	4,50%	6,75%	9,00%	13,50%	11,25%
INPC (d)	1,86%	2,78%	3,71%	5,57%	4,64%
IGPM (c)	(1,59)%	(2,39)%	(3,18)%	(4,77)%	(3,98)%

(a) Conforme projeção do relatório Focus divulgado em 17 de janeiro de 2025; (b) Conforme índice divulgado pelo IBGE na data-base de 31 de dezembro de 2024; (c) Conforme projeção do relatório Focus divulgado em 09 de fevereiro de 2024; e (d) Conforme índice divulgado pelo IBGE na data-base de 31 de dezembro de 2023.

Operações	Risco	Valor contábil	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Equivalentes de caixa	Queda do CDI	16.063	18.472	17.870	17.268

Operações	Risco	Valor contábil	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	(552.312)	(635.159)	(655.871)	(676.582)

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	16.063	1.503
Contas a receber de clientes	47.016	46.172
Subarrendamento a receber	82.672	82.242
Total	**145.751**	**129.917**
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	552.312	495.989
Fornecedores	25.545	23.094
Passivo de arrendamento	208.013	211.718
Total	**785.870**	**730.801**

Gerenciamento do capital: A política da Administração é manter uma base de capital para manter a confiança dos sócios e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	552.312	495.989
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(16.063)	(1.036)
(-) Títulos de valores mobiliários	(200.745)	(201.177)
(=) Dívida líquida	335.504	293.776
Patrimônio líquido	27.102	126.448
Relação dívida líquida/patrimônio ajustado	1.238%	232%

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia aumentou significativamente o seu endividamento quando comparado a 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente às garantias dos empréstimos e financiamentos, os acionistas da Companhia se comprometem a aportar recursos financeiros para honrar seus compromissos de curto prazo, caso seja necessário. **28. Seguros (não auditado):** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de minimizá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e sua controlada detém as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	31/12/2024
Predial	600
Incêndio, queda aeronave, explosão, interrupção de negócios, vendaval, furacão e tornado	1.696
Responsabilidade civil	317
Vida e previdência	-
Veicular	3

29. Eventos subsequentes: Em fevereiro de 2025, a Companhia renegociou 02 instrumentos de empréstimos com o Banco Safra nos valores de 14 milhões com vencimento em 2025 e 18,5 milhões com vencimento em 2026 em 02 instrumentos de empréstimos sendo um de 30 milhões com vencimento em 2030 e outro de 2,5 milhões com vencimento em 2026 totalizando 32,5 milhões captados para liquidação de empréstimos vigentes sem aumento no endividamento. Abaixo detalhado o impacto no caixa dessa operação:

Vencimento	Após operação	Antes da operação
Exercício de 2025	1.406	14.000
Exercício de 2026	7.344	18.500
Exercício de 2027	7.500	-
Exercício de 2028	7.500	-
Exercício de 2029	7.500	-
Exercício de 2030	1.250	-
Total originalmente apresentado	32.500	32.500

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Wish S.A.
São Paulo – SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Wish S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo essa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis, materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Wish S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo essa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme Nota Explicativa nº 7, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encerrou o contrato com a SCP Linx Canoas. Por esse motivo, não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
São Paulo, 30 de abril de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

---------- *(Fim - página 2-2)*

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 30 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, **PROCESSO Nº 1011827-48.2024.8.26.0099.** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Frederico Lopes Azevedo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos os interessados, bem como aos terceiros interessados ausentes, incertos, desconhecidos e seus respectivos cônjuges, se casados forem, que foi ajuizada uma Ação de Usucapião de bem móvel, sob o número 1011827-48.2024.8.26.0099, em que figura como Autor Luiz Antônio Paes, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob o nº 015.839.688-06, portador do RG 12.323.111 SSP/SP, residente e domiciliado na Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 1052, Centro, Bragança Paulista,e como requerido o espólio de BENEDICTO VICTORIO PEREIRA, representado por seus herdeiros .O Autor alega que é possuidor do veículo a seguir descrito: um automóvel Fusca 1300 VW, placas CGI 6615-SP, movido a gasolina, ano/modelo 1970/1970, de cor branca adquirido no ano de 2017, e que exerce a posse mansa e pacífica do bem, sem oposição, por mais de 07 anos, conforme disposto no artigo 1.261 do Código Civil. Através deste, ficam citados os réus e todos os possíveis interessados, para que possam apresentar CONTESTAÇÃO no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que começará a fluir após o prazo deste edital, sob pena de reputarem-se como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Bragança Paulista, aos 16 de abril de 2025.

EDITAL DE INTIMAÇAO COM PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO 0030534-78.2024.8.26.0100 Cumprimento de sentença (processo principal 1052868-94.2021.8.26.0100). A Dra. Melissa Bertolucci, Juíza de Direito da 27ª Vara Cível do Foro Central – Comarca da Capital/SP. Faz Saber a ABDULAI JALLOH, estrangeiro natural de Serra Leoa, casado, CPF nº 237.243.188-98 que nos autos da ação supra ajuizada pelo ESPÓLIO DE JOSÉ AIRTON COSTA na qual foi o réu condenado ao pagamento de R$21.728,64 (Junho/2024), devidamente atualizado até a data do efetivo depósito e acrescido das demais cominações legais nos termos do artigo 513 §2º, inciso IV, do CPC. Estando o réu em local ignorado, expede-se edital de intimação, para que no prazo de 15 dias úteis, a fluir os 20 dias supra, pague o debito, ou apresente impugnação ao cumprimento da sentença, sob pena de execução coativa e pena de multa de 10% e honorários nesta fase, também de 10% (NCPC 523, § 1º), penhora e avaliação de bens para satisfação do debito. Será o presente edital afixado e publicado na forma da Lei. São Paulo, aos 07 de abril de 2025.

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL -PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1032302-28.2023.8.26.0562. O(A) MM.Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões, do Foro de Santos, Estado de São Paulo, Dr(a). Mariella Amorim Nunes Rivau Alvarez, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Procedimento Comum Cível-Regime de Bens Entre os Cônjuges movida por Henrique Bertolini Germano, CPF 367.716.908-90 e Ingrid Frasson dos Santos CPF 484.275.308-03 por meio da qual os requerentes indicados intentam alterar o regime de bens do casamento de comunhão parcial de bens para separação total de bens. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC, . Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Santos, aos 11 de março de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1012559-03.2022.8.26.0292. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Jacareí, Estado de São Paulo, Dr(a). Ludene de Oliveira Ribeiro, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **RICARDO ALEXANDRE DE CARVALHO**, RG 235725523, CPF 18579761859, com endereço à Avenida Carlos Drummond de Andrade, 159, Casa 228, Jardim Santa Maria, CEP 12328-150, Jacareí - SP, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Colégio Turci & Ribeiro Eireli Epp, visando o recebimento de valor devido em Contratos de Prestação de Serviços Educacionais e não pago em época própria, na qual fora determinada a citação das partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao pagamento da quantia especificada na petição inicial ou apresentar Embargos Monitórios, sob pena de constituição do título executivo judicial, nos termos da r. decisão de fls. 121 dos autos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel. Será o presente edital publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Jacareí, 09 de abril de 2025

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003241-41.2019.8.26.0408. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Ourinhos, Estado de São Paulo, Dr. Cristiano Canezin Barbosa, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** ao **JOSE ADAUTO FIDELIS**, Brasileira, CPF 058.459.568-97, com endereço à Av. Frei Cufini Pietro, 245, Vila São Geraldo, CEP 19920-112, Salto Grande - SP, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença por parte de Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, para recebimento da quantia de R$17.950,56 (dezessete mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) atualizado até 01/05/2019, oriunda de contrato celebrado em conformidade com as Normas do Sistema Financeiro de Habitação – SFH (doc. nº 6) – conta de contrato nº 9001397. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Ourinhos, aos 28 de novembro de 2024.

EDITAL DE INTIMAÇAO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0005241-82.2024.8.26.0011. A MMª Juíza de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP, Dra. Luciana Bassi de Melo, FAZ SABER a MARIA DE LOURDES NUNES DA SILVA, Brasileira, Viúva, RG. 24.120.472-0 e CPF. 007.282.924-91, com endereço à Avenida Cruzeiro do Sul, 886, Rochdale/SP que por este Juízo, tramita uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Env Correa e Joy Corrêa. Estando a ré em lugar incerto, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$.305.562,35 (planilha fls 6), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de abril de 2025.

EDITAL DE CITAÇAO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, Processo nº 1008025-54.2023.8.26.0268. O MMº Juiz de Direito da 4ª Vara do Foro de Itapecerica da Serra/SP, Dr. DJALMA MOREIRA GOMES JUNIOR, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, que Kelen Leila Vieira e Jefferson da Silva Teixeira, ajuizaram ação de Usucapião, onde os requerentes são legítimos possuidores de um imóvel urbano constituído de terreno e benfeitorias, contendo uma área total de 513,27 metros² localizado no nº 32800 da Avenida XV de Novembro situado no Bairro Embu Mirim, no Município e Comarca de Itapecerica da Serra/SP, e exercem posse direta sobre o imóvel usucapiendo há mais de 06 (seis) meses, que somados a posse de seus antecessores, superam mais de 18 Anos, cuja posse é exercida e mantida de forma pacífica e sem interrupções, estando aptos para pleitearem a titularidade de domínio. Estando em termos, expede-se o edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 dias úteis, a fluir após o prazo de 20 dias. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Itapecerica da Serra, aos 28 de abril de 2025.

EDITAL DE CITAÇAO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000458-02.2022.8.26.0431. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara, do Foro de Pedemeiras, Estado de São Paulo, Dr. DANIEL DIEGO CARRIJO, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **F L MODESTO CONSTRUÇÕES**, CNPJ nº 07.594.677/0001-44, na pessoa de seu representante legal que por parte de PP COMÉRCIO DE ALUMÍNIO LTDA foi ajuizada ação Monitoria p/ cobrança de R$ 52.443,21 (março/2022), referente débitos relativos as notas fiscais anexas aos autos. Estando a ré em local ignorado, expede-se edital para que no prazo de 15 dias úteis, após o prazo supra, pague o débito isento de custas, arcando, todavia, com o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa ou ofereça embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, nos termos do artigo 701/702 do CPC. ficando advertidos que será nomeado curador especial em caso de revelia nos termos do artigo 257, IV. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Pedemeiras, aos 22 de abril de 2025.

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO 0011072-57.2024.8.26.0223 Cumprimento de sentença (processo principal 1013109- 45.2021.8.26.0223). O Dr. Gustavo Gonçalves Alvarez, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro da Comarca do Guarujá/SP. Faz Saber a MARCENARIA NUNES MÓVEIS PLANEJADOS, CNPJ n.º 34.013.057/0001-47, na pessoa de seu representante legal Bruno Nunes Rocha que nos autos da ação supra ajuizada por MARCIO SOUSA DE QUEIROZ na qual foi o réu condenado ao pagamento de R$18.756,26 (Novembro/2024), devidamente atualizado até a data do efetivo depósito e acrescido das demais cominações legais nos termos do artigo 513 §2º, inciso IV, do CPC. Estando o réu em local ignorado, expede-se edital de intimação, para que no prazo de 15 dias úteis, a fluir os 20 dias supra, pague o debito, ou apresente impugnação ao cumprimento da sentença, sob pena de execução coativa e pena de multa de 10% e honorários nesta fase, também de 10% (NCPC 523, § 1º). penhora e avaliação de bens para satisfação do debito. Será o presente edital afixado e publicado na forma da lei

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1000959-52.2020.8.26.0066. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Barretos, Estado de São Paulo, Dr(a). Luiz Fernando Silva Oliveira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **LUCAS COSTA DOS SANTOS**, Brasileiro, Solteiro, Tatuador, RG 45096365, CPF 349.011.608-93, pai Milton dos Santos, mãe Ana Cristina Costa, Nascido/Nascida 18/07/1987, de cor Preto, natural de Barretos - SP, com endereço à Avenida Nelson Thome, 686, Sao Judas Tadeu, CEP 14781-060, Barretos - SP, Fone 1733245230, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, alegando em síntese: Que tramita neste Juízo a ação de Rescisão contratual c/c reintegração de posse do imóvel, sob o nº 1000959-52.2020.8.26.0066, movida pela autora. E, estando estar em lugar incesto e não sabido, não sendo possível de cita-lo pessoalmente, nessas circunstâncias foi deferida a citação pelo presente edital para comparecer em juízo e promover a sua defesa e ser notificado dos ulteriores termos dos processos, a que deverá comparecer sob pena de revelia. Para conhecimento de todos o presente edital, cuja 2º via fica afixada no local de costume. EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 30 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Barretos, aos 22 de outubro de 2024.

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO 0009561-45.2022.8.26.0562 (Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica) processo principal 1023862-87.2016.8.26.0562. A Dra. Rejane Rodrigues Lage, Juíza de Direito da 9ª Vara Cível do Foro da Comarca de Santos/SP. FAZ SABER a TE